

BNCC E MOVIMENTO PELA BASE: UMA ANÁLISE DA CAMPANHA RECOMPONDO O FUTURO.

JULIANA DA ROCHA DOS SANTOS¹; LÍVIA DA SILVEIRA LAPUENTE²
SIMONE GONÇALVES DA SILVA³ ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – julianadarocha67@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – livialapuate@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um recorte do projeto de pesquisa em andamento intitulado "Redes Globais de Governança, BNC-Formação e Ensino Híbrido: implicações para o currículo e trabalho docente", vinculado ao grupo de pesquisa CEPE: Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente da FAE/UFPEL. O objetivo desta pesquisa documental é realizar uma análise da campanha 'Recompondo o Futuro', iniciativa desenvolvida pelo Movimento pela Base, uma organização não-governamental, criada em 2013, com o propósito de monitorar a construção e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas instituições educacionais da Educação Básica. Conforme Hypolito (2019, p.194), a BNCC é um modelo de padronização curricular gerencialista que, ao envolver parcerias público-privadas e a terceirização da produção de materiais didáticos e sistemas apostilados, além da inclusão de plataformas digitais para gestão educacional, acaba por retirar das escolas e dos professores o controle sobre o conteúdo e os métodos de ensino.

Nesse sentido, este estudo busca analisar os objetivos e as estratégias delineados pelo Movimento pela Base para a "recuperação" do ensino na educação básica pós período de tragédia, conforme descritos em sua campanha Recompondo o Futuro. Dessa forma, pretende-se contribuir para as discussões no campo das políticas educacionais com temas relacionados à pesquisa em andamento.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa documental está estruturada da seguinte maneira: revisão de artigos sobre o tema para embasamento teórico; análise da plataforma da iniciativa Recompondo o Futuro. A discussão fundamenta-se principalmente nos trabalhos de Verger, Fondevila e Moschetti (2019) intitulado "Políticas, processos e trajetórias de privatização educacional na América Latina", e o estudo de Gonçalves e Hypolito (2022) intitulado "Políticas Curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista".

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento pela Base (MPB), criado em 2013, por um conjunto de parcerias entre instituições privadas, que defendem a padronização dos currículos, baseando-se na premissa de que existem conteúdos específicos para

cada nível escolar, sendo um direito às aprendizagens. Partindo desse ponto, o presente estudo tem como propósito analisar a plataforma Recompondo o futuro, uma iniciativa elaborada pelo MPB e divulgada recentemente, em novembro de 2023, com a premissa de acabar com a defasagem de aprendizagens pós período pandêmico.

Para uma melhor compreensão, a análise foi dividida em duas abordagens: a primeira preocupa-se com os elementos que compõem o site da campanha; e a segunda concentra-se nos seus objetivos e promessas, além da caracterização dos responsáveis e colaboradores envolvidos no projeto.

Em relação à primeira abordagem, o site criado para a campanha apresenta um vídeo introdutório que traz uma situação problema que explica as consequências da educação na pandemia e afirma que somente com a recomposição de aprendizagens realizada através de uma avaliação com base na BNCC é que a criança conseguirá suprir suas carências pós período pandêmico e avançar na vida escolar. Nesse sentido, torna-se imprescindível questionar se esses meios para a recomposição de aprendizagens estão sendo desenvolvidos levando em consideração elementos muito mais complexos do que uma simples nota em uma avaliação baseada nos critérios da BNCC, visto que cada um dos estudantes vivenciou uma pandemia diferente, de acordo com sua realidade. Reconhece-se a ênfase nas avaliações, como uma ferramenta dita necessária para contribuir com a qualidade da educação.

Em seguida, eles “convidam” os professores a se juntarem à campanha utilizando materiais elaborados pelo movimento para trabalhar nessa recomposição. Entretanto, a nosso ver, ao estabelecer o que o professor deve ensinar para essa recomposição, o movimento reforça mais uma vez a perspectiva gerencialista da docência, que prioriza a eficiência e a padronização (Gonçalves e Hypolito, 2022).

Navegando na página são encontradas estatísticas que demonstram o desempenho dos alunos nos anos que sucederam a crise pandêmica. Nesse contexto, no estudo de Popkewitz e Lindblad (2001) afirmam que a inserção de estatísticas pode transmitir ao público uma imagem de veracidade. Os autores argumentam ainda que as estatísticas no âmbito educacional possuem o poder de influenciar a visão da sociedade e como ela entende e responde a questões de inclusão e exclusão. As estatísticas que o MPB apresenta, podem levar a uma simplificação desnecessária das questões mais complexas a respeito do aprendizado e das condições sociais dos alunos, além de obscurecer elementos essenciais para uma análise mais aprofundada acerca das dificuldades educacionais, como desigualdades socioeconômicas e outras que podem afetar direta ou indiretamente o desempenho dos alunos.

Após esse demonstrativo, o MPB faz um anúncio apelativo de que a BNCC é a bússola para uma recuperação de aprendizagens eficazes e que é somente priorizando o currículo que será possível alinhar os alunos no nível escolar adequado de acordo com suas competências. Além disso, o site destaca que “O MEC está planejando uma nova política nacional para a recomposição das aprendizagens” (MOVIMENTO PELA BASE, 2023), reforçando mais uma vez a presença dos atores não-estatais no âmbito educacional.

Ademais, o site apresenta uma avaliação diagnóstica e destaca a necessidade da intervenção pedagógica, afirmando que o professor é o mediador essencial para essa recomposição de fato acontecer. Entretanto, é notável a “contradição” em seus argumentos quando logo em seguida o movimento disponibiliza materiais de apoio para o professor “pensar” essa recomposição,

visto que esses materiais elaborados com foco na BNCC deixam pouco ou nenhum espaço para o educador exercer seu papel com autonomia. Verifica-se a responsabilização dos docentes pelo desempenho dos estudantes nas avaliações, e quando ocorrem baixos resultados os professores são considerados como desqualificados, despreparados e sem a devida formação, sendo assim "os problemas estão sempre nos professores e nas suas práticas, e não nas condições de trabalho e na sua precarização" (Gonçalves e Hypolito, 2022, p.93)

Em uma segunda abordagem de análise - objetivos, promessas, responsáveis e colaboradores envolvidos no projeto, o site da campanha afirma que ela surge da urgência de "assegurar que habilidades e conhecimentos importantes não fiquem para trás - especialmente depois dos prejuízos causados pela pandemia" (MOVIMENTO PELA BASE, 2023). Partindo desse princípio, e levando em consideração o fato de que o MPB estabelece uma relação público-privada com o sistema educacional brasileiro, o conceito de "Privatização por meio de desastre", mencionado por Verger, Fondevila e Moschetti (2019), define bem o avanço do processo de privatização da educação diante de contextos complexos de calamidade pública, tais como "situações de emergência, catástrofes naturais ou conflitos armados constituem frequentemente um quadro favorável para a adoção de reformas educativas drásticas que, em condições normais, avançariam com maior dificuldade" (Verger, Fondevila e Moschetti, 2019, p. 15).

Sob essa perspectiva, torna-se pertinente destacar o cenário atual que o estado do Rio Grande do Sul se encontra pós desastre natural que interditou diversas escolas e deixou várias outras sem previsão de retorno às atividades. Diante disso, o Ministério da Educação lançou em Junho de 2024, o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, uma política pública que tem como objetivo oferecer "apoio técnico e financeiro para estados e municípios implementarem ações e programas com foco na melhoria dos índices de aprendizagem da educação básica por meio da estratégia de recomposição das aprendizagens" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2024). Nesse sentido, questiona-se qual a relação dessa iniciativa do MEC e qual influência da plataforma Recompondo o Futuro. Verifica-se no Seminário de lançamento do Pacto, realizado pelo MEC, a presença de instituições privadas nas discussões a respeito da implementação dessa política pública, tais como Instituto Alana; Fundação Itaú; Instituto Reúna.

Indo além de relacionar essa interação com o conceito já explicado de privatização por desastre, torna-se imprescindível relacionar essa influência das redes privadas nas políticas públicas a partir do que Tarlau e Moller definem como "Consenso por Filantropia" que ocorre "Quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública, a despeito de tensões significativas, transformando a política pública em questão numa iniciativa amplamente aceita" (Tarlau; Moller, 2020, p. 554).

Ademais, Ball (2012) argumenta que a influência da filantropia corporativa e privada na educação pública vai além de um simples esquema neoliberal voltado para maximizar lucros; trata-se, na verdade, de uma estratégia de líderes corporativos e fundações privadas para conquistar poder e reconfigurar a educação pública de acordo com seus próprios interesses.

4. CONCLUSÕES

A discussão sobre a plataforma Recompondo o futuro realizada, possibilita compreender as ações do Movimento pela Base para educação após o período pandêmico. O objetivo central foi apresentar um pouco do conteúdo da plataforma Recompondo o Futuro do MBP, para analisar a sua influência como fonte de informações e reflexões no campo da educação e nas orientações, produções e elaborações de políticas. A análise proporcionou debates enriquecedores, fornecendo subsídios relevantes para melhor entendermos as políticas educacionais no Brasil. Ao considerar os pressupostos e as possíveis repercussões, essa análise crítica contribuiu para um melhor entendimento dos desafios presentes na agenda educacional brasileira a partir do envolvimento de atores sociais não estatais na produção do consenso por filantropia, bem como os processos de privatização da educação, que avançam em situações emergenciais de tragédias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J. 2012. **Global Education, Inc.: New Policy Networks and the Neo-Liberal Imaginary**. New York, NJ: Routledge.

HYPOLITO, Álvaro M. BNCC, agenda global e formação docente. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 13, n. 25, p. 187-201, 2019.

SILVA, Simone G.; HYPOLITO, Álvaro M. Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista. **Revista Textura**, v. 24 n. 59 p. 78-101 jul./set. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Seminário Nacional Direito à Educação e Garantia das Aprendizagens**. Brasil, 2024. Acessado em 05 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eventos/seminario-nacional-direito-a-educacao-e-garantia-das-aprendizagens>

MOSCHETTI, Mauro C.; FONTDEVILA, Clara; VERGER, Antoni. Políticas, procesos y trayectorias de privatización educativa en Latinoamérica. **Educación e pesquisa**, v. 45, p. e187870, 2019.

MOVIMENTO PELA BASE. **CAMPANHA RECOMPONDO O FUTURO, BRASIL**, 2023. Acessado em 05 set. 2024. Online. Disponível em: <https://www.recompondoofuturo.com.br/>

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educación & Sociedad**, v. 22, p. 111-148, 2001.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020